

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO III S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.563/0001-57

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023

Demonstrações de resultados (Em milhares de Reais)				Demonstrações de resultados (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Balanco Patrimonial (Em milhares de Reais)							
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	7	486	3.832				
Concessionárias	8	2.296	2.111				
Impostos a compensar	9	1.059	1.104				
Estoque material de manutenção	11	3.846	2.762				
Despesas antecipadas	12	94	81				
Outros créditos	12	147	-				
Total		7.928	9.889				
Não circulante							
Partes relacionadas	10	39.425	44.737				
Imobilizado	13	151.921	155.334				
Intangível	14	12	13				
		191.358	200.084				
Total do ativo		199.286	209.973				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)							
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.272	557					
Depreciações	4.291	4.284					
Juros provisão desmantelamento	30	243					
Atualização monetária	92	-					
Ajuste a valor presente de arrendamentos	510	626					
	11.195	5.690					
Variações em:							
Concessionárias	(185)	4.283					
Impostos a compensar	45	71					
Despesas antecipadas	(13)	(81)					
Material de consumo	(1.064)	(1.966)					
Adiantamento a fornecedores	-	3.058					
Outros créditos	(147)	-					
Fornecedores	(5.948)	1.716					
Impostos a pagar	50	(196)					
Partes relacionadas	5.312	(79)					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)							
1. CONTEXTO OPERACIONAL							
A Central Solar Pereira Barreto III ("Companhia" ou "PB III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em setembro de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto III, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Rodovia SP 563, Sentido Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo. 1.1. Autorização do Parque Solar Pereira Barreto III: Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEL e a exploração da atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 MW médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar Pereira Barreto, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEL nº 3.250 o Parque Solar Pereira Barreto III iniciou sua operação comercial em 14 de outubro de 2021.							
Empresa				Central Solar Pereira Barreto III			
Usinas				Central Solar Pereira Barreto III			
Modalidade				Produtor Independente			
Outorga				Autorização			
Estado				SP			
Capacidade instalada (MW)				41,90			
Data do início da operação				2019			
Autorização / Registro				Início 06/05/2019 Término 05/05/2054			
1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$(4.557), devido pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque solar. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em outubro de 2021.							
2. BASE DE PREPARAÇÃO							
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (<i>IFRS® Accounting Standards</i>)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de junho de 2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.							
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO							
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.							
4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS							
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos e nos resultados, são reconhecidas nas notas explicativas das demonstrações financeiras e a magnitude das variações de recursos (nota explicativa nº 13); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 17); • Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 26).							
5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS							
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia firmados e não firmados. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como parques solar e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando as evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo passível de ativos que gera caixa líquido contínuo. São consideradas essas unidades quando a grande parte independente das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. g) Provisões para desmantelamento: São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base sólida para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. h) Provisões: Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. i) Dividendos e juros sobre capital próprio: De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento da sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. j) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. k) Operações de arrendamento: No começo de um contrato deve-se determinar se ele o contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os rendimentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segun a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam							
6. ALTERAÇÕES ADOTADAS PELA GRUPO:							
As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de política contábil: A alteração introduz o termo "políticas contábeis significativas" para a divulgação de informações. A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As divulgações referentes à exposição conhecida ou razoavelmente estimável dos tributos sobre o lucro sob o Pilar Dois estão incluídas na Nota 23.							
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA							
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
Bancos conta movimento	486	3.058					
Aplicações financeiras - renda fixa	-	774					
Total	486	3.832					
A Companhia mante o saldo de bancos conta movimento em conta corrente, devido à alta movimentação financeira durante a construção do parque solar. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 102,00% (2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.							
8. CONSECIONÁRIAS							
Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é composto pelos seguintes valores:							
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
Mercado regulado	2.273	2.005					
Mercado livre	2.296	2.111					
Total	2.296	2.111					
Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é composto pelos seguintes valores: R\$ 2.273 (99%) para o mercado regulado, que se refere à venda de energia no ambiente da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia, através dos contratos bilaterais de suprimento de energia feitos para grandes players do mercado; e R\$ 23 (1%) para Câmara de Comercialização de Energia - CCEE na negociação da energia excedente ou energia teste. A administração da Companhia considerou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, por não haver perdas históricas, no exercício corrente e em exercícios anteriores, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2023. Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:							
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
A vencer							
Até 60 dias	1.993	1.808					
Mais de 60 dias	-	303					
Mais de 1 anos	303	-					
Total	2.296	2.111					
O saldo de R\$ 303 em 31 de dezembro de 2022 a vencer há mais de 60 dias refere-se substancialmente à venda da geração de energia da fase de teste da usina, junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.							
9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR							
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
Ativo circulante compensáveis							
ICMS	1.052	1.104					
IRRF sobre aplicações financeiras	-	-					
PIS e COFINS	1	-					
Total ativo	1.059	1.104					
Passivo e PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	15	10.399	16.347				
Impostos a pagar	9	389	277				
Outras contas a pagar	17	352	53				
Total	17	11.140	16.677				
Não circulante							
Partes relacionadas	10	1.345	146.417				
Provisões	16	381	2.09				
Outras contas a pagar	17	5.614	6.305				
		7.339	152.661				
Total do passivo		18.479	169.338				
Patrimônio Líquido							
Capital social	18	170.594	34.747				
Reservas de lucros		10.212	5.888				
Total do patrimônio líquido		180.806	40.635				
Total do passivo e patrimônio líquido		199.286	209.973				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Demonstrações dos resultados (Em milhares de Reais)							
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Outras contas a pagar	(603)	(12)					
Caixa proveniente das atividades operacionais	8.622	12.508					
Imposto de renda e contribuição social pagos	(542)	(752)					
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	8.080	11.756					</

